Seminário "Capacidades Estatais e Transformações na Administração Pública Federal"

Palestra: Novos Arranjos Institucionais – Variáveis Analíticas e Breves Conclusões

Professora: Gabriela Lotta

Pesquisa - Fontes

- Conjunto de Pesquisas que vem sendo realizadas por pesquisadores da UFABC, FGV, EACH
- Análise de diversos casos de novos arranjos do Governo Federal (Brasil Sem Miséria, PAC, Bolsa Família, Territórios da Cidadania, SUS, Minha Casa Minha Vida)
- Elaboração de papers de análise de cada arranjo
- Elaboração de papers de proposição de metodologia analítica
- Realização de Seminário em Dezembro de 2013 na UFABC para análise de diversos programas

Objetivos das Pesquisas

- Analisar alguns dos mais importantes arranjos insitucionais do governo federal brasileiro buscando compreender como lidam (e inovam) com relação a:
 - Integração horizontal (intersetorialidade)
 - Articulação vertical (relações federativas)
 - Concepção territorial
 - Dimensão participativa

Variáveis Analíticas

1) Integração Horizontal: Intersetorialidade

- Baseada na articulação de várias ações e atores em torno de focos específicos
- Pode haver diferentes graus de intersetorialidade a mais efetiva é quando está mais completa e integrada
- Analisamos o grau de integração horizontal considerando como ela operana nas fases do ciclo de políticas públicas: formulação, implementação e monitoramento

2) Integração Vertical: subsidiariedade federativa

- Baseada em como diferentes entes federativos articulam na produção de políticas públicas
- Analisamos o grau de integração vertical em diferentes processos de decisão:
 quem faz a regra, quem financia a política, quem implementa

Variáveis Analíticas

3) Dimensão Territorial:

- Como a política lida com a dimensão de territórios
- Analisamos a existência de: instrumentos de planejamento e gestão territorial; participação da soceidade em processos de decisão territoriais; heterogeneidade da política considerando dimensão territorial

4) Dimensão da Participação Social:

- Como a política incorpora a participação no processo decisório
- Analisamos quem é envolvido no processo de tomada de decisão e como este processo é conduzido

Algumas Conclusões Gerais

Dimensão Horizontal:

- Há pouco avanço no desenho de planos intersetoriais
- Alguns avanços em termos de monitoramento intersetorial e de intersetorialidade no público beneficiário
- Intersetorialidade depende de uma série de elementos, difíceis de serem alcançados ou combinados: Apoio político (ator que "domina"); vantagem mútua; burocracia de médio escalão que se relaciona (redes)

Integração Vertical:

- Muito frágil nos novos arranjos, tendência recente de enfraquecimento
- Tendência: processo de centralização da decisão e do financiamento; apenas implementação é responsabilidade municipal (quando é)
- Estados perdem espaço

Algumas Conclusões Gerais

Dimensão Territorial:

- Quando existe, o território é considerado meramente como unidade geográfica onde os investimentos podem ser alocados
- Territórios são tratados como passivos na maioria dos casos

• Dimensão da Participação Social:

- Tendência a menor institucionalização da participação social tradicional
- Consensos e dissensos levam à construção de espaços de concertação para diminuir pontos de veto (participação "funcional")
- Insulamento burocrático em alguns casos
- O processo de inovação dos novos arranjos alcançou sucesso parcial: a maior inovação não no arranjo em si, mas na inserção de novos temas na agenda ou aumento do processo de monitoramento
- Tendência mais recente é de foco no resultado monitoramento constante, rapidez na entrega, coordenação e controle
- Com isso, abre-se mão da institucionalização e construção de processos (participação, coordenação)